



**REENCONTROS  
NOVOS ESPAÇOS  
OPORTUNIDADES**

**XXXIV SIC** Salão Iniciação Científica

**26 - 30  
SETEMBRO  
CAMPUS CENTRO**

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2022: SIC - XXXIV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2022
<b>Local</b>	Campus Centro - UFRGS
<b>Título</b>	Mísseis e foguetes na defesa nacional: o sistema ASTROS como elemento de transformação militar
<b>Autor</b>	ARTHUR SCHNEIDER GREGÓRIO
<b>Orientador</b>	EDUARDO MUNHOZ SVARTMAN

A pesquisa objetiva avaliar a amplitude e as consequências do Programa ASTROS 2020, fazendo recomendações para minimizar as dificuldades políticas, estratégicas, operacionais, doutrinárias e jurídicas de sua implementação. O projeto tem duração e equipe extensas, de modo que a pesquisa aqui desenvolvida se limita a uma análise comparada dos arranjos institucionais, bases doutrinárias e emprego de sistemas de mísseis e foguetes do Brasil e do Reino Unido. A pesquisa justifica-se por contribuir para um Programa Estratégico alinhado à Política Nacional de Defesa e à Estratégia Nacional de Defesa, que apontam o sistema como diretiva de estruturação das Forças de Emprego Estratégico do Exército. A metodologia foi a análise documental de publicações governamentais e manuais de doutrina, a partir da qual foram elaboradas conclusões preliminares. Elas apontam três principais divergências entre os países: os motivadores da aquisição de equipamentos e reformas nas forças no Reino Unido são orientadas por ameaças externas definidas, enquanto no Brasil se dão por demandas paroquiais da própria força; o controle desses processos no Reino Unido acontece no Ministério da Defesa, enquanto no Brasil ocorre no próprio Exército; e a intensidade da transformação militar, que no Reino Unido é ampla e de cima para baixo, no Brasil é limitada e de baixo para cima. Infere-se assim que a estrutura de controle e o padrão de motivações estratégicas do caso brasileiro criam dificuldades de arbitragem da alocação de recursos e estabelecimento de prioridades, isto é, as forças competem entre elas e, ainda, os programas dentro de cada força competem entre si. Também por conta dessa estrutura, somada às relações civil-militares no Brasil, há dificuldade de coordenar o emprego do míssil entre o Ministério da Defesa e os três braços das FFAA. Finalmente, a opção brasileira pelo desenvolvimento autônomo necessita conseguir clientes externos para tornar o projeto economicamente viável.